

A distribuição geográfica dos investimentos do BNDES para a indústria brasileira de alimentos

Geographic distribution of BNDES investments for the Brazilian food industry

Paulo Henrique Schlickmann

Doutor em Geografia – Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina

phschlickmann@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é caracterizar e especificar os investimentos realizados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a indústria brasileira de alimentos entre janeiro de 2003 e maio de 2016. Dados da plataforma da transparência do Banco foram levantados e discriminados por estados da federação, por empresas receptoras dos capitais e por cadeias de produção ou de beneficiamento. É possível concluir que esses investimentos realizados na indústria de alimentos não possibilitaram a diminuição das desigualdades econômicas entre os estados, e que o banco privilegiou um restrito número de empresas e de atividades.

Palavras-chave: Geografia Econômica; Indústria de Alimentos; Política; Financiamentos.

Abstract

The purpose of this article is to present the characteristics and specificities carried out by the Brazilian Development Bank (BNDES) for the Brazilian food industry from January 2003 to May 2016. Data from the Bank's transparency platform was gathered and listed per Brazilian states, per companies that received capitals and per supply and beneficiation chains. One can conclude that such investments carried out in the food industry did not allow the diminishment of economic inequalities among the states and that the bank has privileged a restrict number of companies and activities.

Keywords: Economic geography; Food industry; Policy; financings.

1. INTRODUÇÃO

O intervencionismo economicista, hoje comumente denominado neodesenvolvimentismo, por Pereira (2015), foi uma atitude governamental adotada ao longo dos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de janeiro de 2003 a maio de 2016. Esta atitude de governo, teoricamente, resume-se na eleição e movimentação de mecanismos seletivos práticos eficientes capazes de ativar e estimular atividades econômicas selecionadas por critérios de eficiência, competitividade, prioridades ou vantagens financeiras. Envolve, necessariamente, arranjos bibliográficos, dados estatísticos e estudos que subsidiam os procedimentos por parte dos líderes e gestores alocados nas agências fomentadoras do governo.

Havia a convicção de que a intervenção iria resultar na ótima alocação dos recursos, de que as informações apresentadas nos estudos e nos compêndios de dados estatísticos sejam confiáveis e

de que os líderes estão sintonizados com a mentalidade governamental em voga. Mentalidade que é divulgada, normalmente, como desenvolvimentista, humanista, igualitarista e capaz de distribuir benefícios à população. A prática intervencionista economicista, portanto, envolve convicção e crença, razão e coragem, certezas e fé, e acima de tudo, demanda acúmulo de poder político e domínio de força nos labirintos dos governos.

Na prática, observaram-se ao longo dos últimos 13 anos, principalmente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pontos convergentes com os elementos assinalados acima. O maior banco de fomento do Brasil, portanto, executou projetos de investimentos em atividades econômicas, adotando conjuntamente duas estratégias distributivas: 1- *Balcão de negócios*: quando o agente econômico demanda o investimento ao banco concorrendo diretamente com outros agentes demandantes; 2 - *Atividades prioritárias*: quando o agente financeiro, como mão executora da mentalidade do governo, disponibiliza recursos aos agentes econômicos situados em atividades selecionadas. Conforme assinalado em Brasil (2016a), essas duas práticas são mecanismos comuns do BNDES.

Uma das atividades econômicas selecionadas como prioritária pelo governo e, também, uma das mais dinâmicas demandantes de investimentos no Brasil é a “indústria de alimentos”. No total, ao longo dos anos de 2003 a 2016, foram distribuídos aproximadamente R\$ 20 bilhões de reais para a atividade (BNDES, 2016b). Pretende-se, neste artigo, caracterizar e especificar os investimentos realizados pelo BNDES para a indústria brasileira de alimentos entre janeiro de 2003 e maio de 2016. Justifica-se o recorte temporal, pois é a partir de 2003 que os dados específicos por cliente estão disponíveis no site do banco e, delimitou-se até maio de 2016, quando a Presidente eleita Dilma Rousseff sofreu o impeachment. A partir de então, assume-se um discurso de mudanças na mentalidade governamental e outras estratégias são adotadas nas agências estatais, cabendo exploração em outras pesquisas, que não esta. O estudo será dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais, onde, a partir de uma visão panorâmica, pretende-se questionar a política de financiamento adotada.

Na primeira seção serão expostos os dados gerais dos investimentos, juntamente com a caracterização do modo como o capital foi alocado no território. A prioridade é para a escala de recebimentos por estados da Federação e regiões geoeconômicas do Brasil. Na segunda seção, os dados serão aprofundados em subdivisões da indústria de alimentos por cadeias de produção ou de beneficiamentos: carnes; cana de açúcar; grãos e cereais; leites e derivados; alimentos prontos e outros alimentos¹. Para essas cadeias de produção e beneficiamento foram distribuídos 98,5% daqueles R\$ 20 bilhões referentes à indústria dos alimentos.

¹ Carnes em geral: frigoríficos de suínos, aves, bovinos e peixes; fábricas de rações animais; pesquisas genéticas em animais e aquisição de insumos técnicos para criações; cana de açúcar: produção e beneficiamento de cana de açúcar;

Metodologicamente, alguns passos procedimentais foram fundamentais. O primeiro passo consistiu em uma consulta ao portal da “transparência do banco” na caixa interativa “dados sobre financiamento do BNDES”, acessando o item “consulta às operações diretas e indiretas não automáticas”; este link levou ao quadro geral de todas as operações entre 2003 a 2016². Os dados e as informações contidas, num segundo passo, foram catalogados em uma planilha por empresa, ano, objetivos dos investimentos, localização dos investimentos³ e a quantidade aplicada. Com a análise dos dados em planilha, no terceiro passo, perceberam-se as subdivisões em cadeias de produção e beneficiamento, bem como algumas informações que serão expostas a seguir.

2. TERRITORIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Desde que assumiu o governo em 2003, o Partido dos Trabalhadores iniciou a escalada da atuação do BNDES resgatando uma prática de investimentos por áreas selecionadas e estratégicas economicamente, que desde o final do governo militar, praticamente deixou de ser adotada no país (BRESSER PEREIRA, 2015). No total, foram injetados nas atividades econômicas, aproximadamente R\$ 772,2 bilhões de reais nos últimos 13 anos, figurando a indústria de alimentos na 11ª posição como maior a recebedora, usufruindo 2,59% deste universo de investimentos. Dentre os setores mais favorecidos estão em primeiro lugar o de eletricidade e gás que recebeu mais de R\$ 195 bilhões e, em segundo, a administração pública com mais de R\$ 65 bilhões. (SCHLICKMANN, 2017).

Como se visualiza na Figura 1, houve alta considerável nos aportes e na média de remuneração por projeto financiado para a indústria dos alimentos ao longo dos anos, com algumas variações no percurso. Do início do governo, no ano de 2003 para o ano de pico de investimentos em 2008, o crescimento nos aportes ultrapassou 1.440%. Na comparação entre o primeiro e o último ano completo de administração (2015), o aumento superou 1.180%. Selecionando os anos entre 2003 e 2005, a média de valor por projeto e por empresa foi de R\$ 32 milhões; nos anos posteriores (2006 – 2015) ocorreu um encarecimento, passando a custar R\$ 78,7 milhões em média.

etanol e álcool e modernização das plantações; grãos e cereais: beneficiamento e armazenamento de soja, milho, trigo e arroz; modernização de unidades processadoras de grãos e aquisição de máquinas agrícolas; leites e derivados: instalação de laticínios e beneficiadores do leite; unidades de produção de leite em pó e modernização de unidades e transporte do leite; alimentos prontos e outros alimentos: outros tipos de alimentos prontos, como por exemplo: biscoitos, chocolates, café, gordura vegetal e sucos.

² Procedimento adotado em 2018 para desenvolvimento da pesquisa e do artigo. Atualmente, o site do BNDES passou por alterações, tornando a consulta mais facilitada em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-operacionais-sistema-bndes>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

³ No item localização dos investimentos é importante ressaltar que nos projetos citados, em que mais de um estado da federação estão envolvidos no mesmo projeto, optou-se pela divisão simples do valor total pela quantidade de estados citados pela empresa.

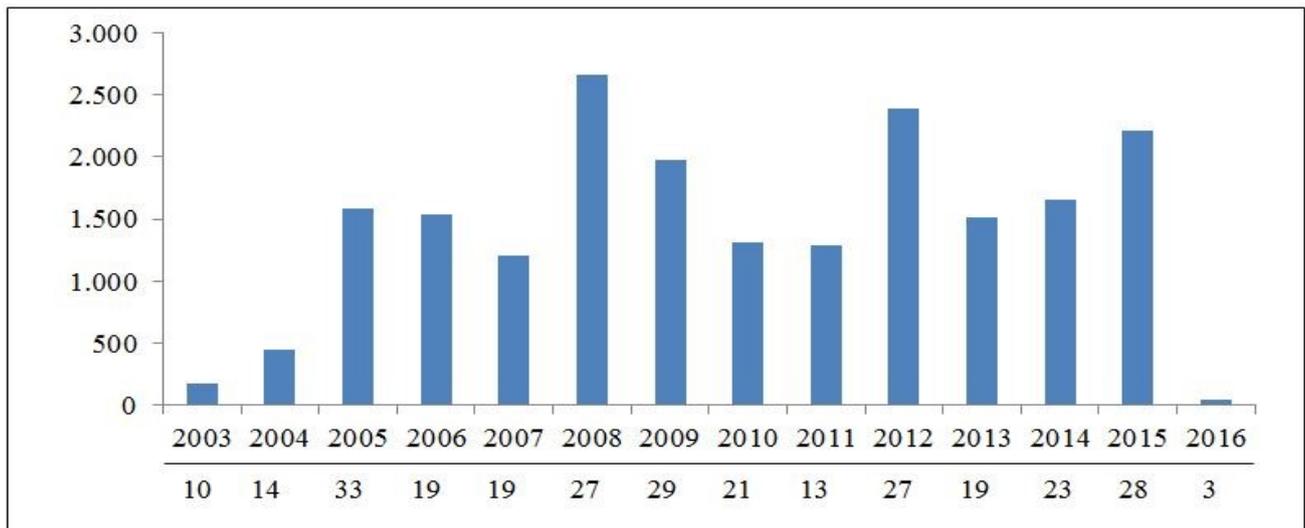


Figura 1 - Valores de desembolsos diretos e indiretos não automáticos do BNDES em milhões de R\$ e o número de empresas e projetos citados, entre 2003 e 2016 na indústria de alimentos.

Fonte: Brasil (2016b) – Organização do autor.

O número de empresas e projetos citados na base da Figura 1 aponta uma importância aproximada, porquanto na apresentação dos dados o banco reparte o valor total dos projetos em diversas parcelas. Nesse caso, para a obtenção do algarismo aproximado foi necessário agrupar as empresas em relação à descrição dos projetos, uma vez que as quantias parceladas eram diversificadas e os objetivos dos projetos repetitivos. Em um projeto, por exemplo, em que a Sadia em 2005 auferiu aproximadamente R\$ 400 milhões para modernização das unidades frigoríficas, o valor total foi repartido em 8 células de valores desiguais distribuídos na planilha anual apresentada pelo BNDES.

Apresenta-se, na sequência, a tabela 1 onde se expõe o universo dos investimentos contidos na Figura 1, de acordo com as alocações dos capitais por estados brasileiros. Considera-se também, o número aproximando de vezes em que os estados são citados pelas empresas nos projetos, além do percentual contemplado a cada estado em relação ao total geral repassado. Ressalta-se a citação de 18 estados mais o Distrito Federal, além do item Investimento Externo (IE), quando a empresa utilizou os fundos para aquisição de bens e insumos ou praticou atividades no exterior. Nota-se, porém, que na Figura 1 são citados 285 projetos enquanto que, na tabela 2, os estados são citados 331 vezes. A diferença persiste devido a 27 projetos elencados na Figura 1 em que estão envolvidos de dois a cinco estados, além dos 8 projetos de IE que incidem fora dos entes federados.

De acordo com a tabela 1, portanto, é possível verificar que Amazonas, Roraima, Rondônia, Tocantins, Amapá, Sergipe, Maranhão e Espírito Santo, não obtiveram nenhuma citação, o que indica que as empresas desses estados não auferiram aportes ou que as empresas contempladas não alocaram recursos nesses lugares. Trata-se de um dado que chama a atenção, sobretudo, pela produção de alimentos como atividade relativamente simples, difundida por todo o território brasileiro e com produções e empresas estabelecidas em todos os estados da nação.

Tabela 1 - Valor alocado, número de citação, valor médio por projeto e percentual do valor total, por estado da federação, entre 2003 e 2016, para a indústria de alimentos.

Estados	Valor alocado em milhões de R\$	Nº de citações	Valor médio por projeto em milhões de R\$	% do valor total
SP	5.645,2	83	68,0	28,29
PR	2.866,9	60	47,7	14,36
GO	2.199,0	30	73,3	11,02
IE*	1.880,9	8	235,1	9,42
MT	1.722,3	16	107,6	8,63
MS	1.432,9	8	179,1	7,18
SC	1.144,3	29	39,4	5,73
MG	1.029,8	30	34,3	5,16
RS	952,9	32	29,7	4,77
BA	281,1	8	35,1	1,40
RJ	239,8	8	29,9	1,20
DF	225,8	3	75,2	1,13
CE	214,0	5	42,8	1,07
AL	61,3	2	30,6	0,30
PA	21,8	1	21,8	0,10
PI	14,7	2	7,3	0,07
PB	13,9	2	6,9	0,07
PE	3,9	1	3,9	0,02
RN	2,0	1	2,0	0,01
AC	1,7	2	0,85	0,008
Total	19.954,2	331	53,5	99,9

Fonte: Brasil (2016b) – Organização do autor. * IE = Investimentos externos

Ao distribuir os aportes apresentados na tabela 1, entre as cinco regiões sugeridas na divisão regional do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se:

- Norte: alocou 0,008% dos recursos através de dois aportes ao Acre, em média de R\$ 850 mil;
- Nordeste: tradicional produtor de alimentos com intensiva modernização recente na fruticultura ancorou apenas 3,22% do total;
- Sul: onde predominam as áreas de pequenas propriedades e há alta incidência das cooperativas agroindustriais especializadas na produção frigorífica e leiteira, acolheu 24,86% dos recursos;
- Centro Oeste: área de latifúndio extensivo incorporou 27,96% para satisfazer principalmente a expansão da cana de açúcar e áreas de cultivo da soja;
- Sudeste: centro nevrálgico do desenvolvimento econômico do país aportou 34,65% dos expedientes, concentrados em São Paulo (28,29%), na produção e beneficiamento da cana de açúcar.

Outra importante informação exposta na tabela 1 é o item “valor médio por projeto”, que demonstra que os estados menos favorecidos nos investimentos expõem os contratos mais baratos. Nas localidades e estados em que predominam a produção agrícola extensiva e latifundiária, os projetos são em média 3 a 4 vezes mais custosos e o número relativo de empresas favorecidas é menor. Vide o caso da região Centro Oeste cujos projetos custam em média R\$ 120 milhões. Para as

áreas de pequena produção, como na Região Sul, o número das empresas favorecidas é maior e os projetos são mais baratos, com valor médio de R\$ 39 milhões. São nos IEs, porém, que os custos dos projetos se tornam elevadíssimos, pois ultrapassa a média dos R\$ 235 milhões.

O estado de São Paulo, conforme tabela 1, é o superior e disparado campeão nas arrecadações dos haveres, ancorando duas vezes mais expedientes que o Paraná na segunda colocação e, 3.320 vezes mais que o Acre, o último dos favorecidos. Sugiro como as causas das desigualdades nas repartições, entre outras possíveis, três percepções caríssimas à geografia econômica:

1. São Paulo é o estado mais rico da federação com empresas mais capacitadas e dinâmicas, conseqüentemente, os investimentos exigem capitais de composições orgânicas mais vultosas, por isso acionam o banco;
2. Devido à enormidade no fluxo de mercadorias que é deslocada e transportada pelo estado de São Paulo, há a necessidade de maiores estruturas de armazéns e de beneficiamentos dos alimentos, daí a maior captação;
3. As possibilidades das economias de aglomeração, dos efeitos multiplicadores positivos e das maiores taxas de rentabilidade, induziram o BNDES a classificar o estado de São Paulo como prioritário. Mesmo sendo, o agente financiador, uma entidade política e pública.

Reafirmamos as três justificativas anteriores, como complementares entre si, além de não totalizantes, pois outros argumentos devem contribuir para a explicação ou mesmo anulação destes. Considerando-os, no entanto, supostamente verdadeiros, a sequência argumentativa 1, 2 e 3 em conjunto, pode cooperar na explicação da distribuição gradual e desigual dos recursos entre os contemplados. Fato relevante a se ressaltar, pois se tratam das localidades cujos poderes políticos das elites econômicas exercem fortes pressões para detenção dos recursos estatais. Sejam essas elites oligárquicas ou pela maior concentração de empresas no eixo do centro sul do país. Leia-se novamente a distribuição como a correlação entre as demandas por recursos (empresas) e as prioridades eletivas do agente financeiro (BNDES).

O banco público de fomento, nesse caso, basicamente manteve as desigualdades econômicas e territoriais entre os estados da federação. Em suma, nos estados em que as empresas possuem mais dificuldade na captação dos recursos privados ou menores capacidades de endividamento, houve raras políticas de financiamento. Nos estados com menores condições de infraestrutura e de menores possibilidades de reestruturação, os recursos não foram aportados ou chegaram aquém da quantidade razoável, comparando-se aos estados ricos. Aparentemente, portanto, não houve prioridade por parte do banco público ao desenvolvimento das indústrias alimentícias nos estados com menores possibilidades na captação dos capitais privados.

3. OS INVESTIMENTOS POR CADEIAS DE PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO

Para organização, sistematização e caracterização dos investimentos, neste segundo item, as cadeias de produção e beneficiamento serão apresentadas em subitens, na tabela 2, da maior para a menor beneficiária: I - Carnes; II - Cana de açúcar; III - Grãos; IV - Leites e derivados; V - Alimentos prontos. Juntamente com as especificações das cadeias, serão elencadas as principais empresas beneficiadas, os objetivos e as funções de cada projeto, para então desdobrar parte dos valores apresentados na tabela 2. A apresentação das empresas consistirá em breve exposição das principais favorecidas nas cadeias de produção e beneficiamento.

Tabela 2 - Financiamento do BNDES por cadeias produtivas e de beneficiamento em milhões de R\$ e a porcentagem por cadeia em relação ao total, entre 2003 e 2016, para a indústria de alimentos.

Cadeias produtivas e de beneficiamento	Valores em milhões de R\$	Porcentagem em relação ao total
I - Carnes	7.833,5	39,25
II - Cana de açúcar	6.953,4	34,85
III - Grãos	2.625,5	13,2
IV - Leites e derivados	1.204,8	6,0
V - Alimentos prontos e outros alimentos	1.039,0	5,2
VI - Outros investimentos	298,0	1,5
Total	19.954,2	100

Fonte: Brasil (2016b) – Organização do autor.

Antes das especificações em cadeias, porém, são exibidas as Figuras 4, 5 e 6, com as empresas top 10 em projetos atendidos, as top 10 das maiores recebedoras de capitais e os 10 projetos mais baratos, desde 2003. No geral, foram contempladas dentro das 5 cadeias, 157 empresas, dentre as quais estão distribuídas 48 cooperativas agropecuárias e agroindustriais; 35 usinas açucareiras; 43 marcas de produtos finais; 13 fabricantes de rações animais; 18 outras empresas entre holdings, grupos de investimentos, bancos privados e comerciais atacadistas.

Diferentemente ao que se demonstrou em Schlickmann (2016) – quando poucos grupos empresariais, oligopólios multinacionais, dentro de gêneros industriais específicos, concentraram quase a totalidade dos recursos disponibilizados às indústrias da química e da borracha –, na indústria dos alimentos houve a distribuição dos recursos para um número maior de empresas, sendo que apenas 10 das 157 contempladas se beneficiaram mais de 3 vezes conforme tabela 3. As 10 empresas que mais acionaram o BNDES no período, englobaram 21% dos projetos contemplados e 34,9% dos recursos totais dispostos à indústria dos alimentos. As campeãs em números de projetos financiados, contudo, não implicam nas campeãs em recebimentos que serão tratadas na tabela 4.

Tabela 3 - Top 10 das empresas que mais acionaram o BNDES entre 2003 e 2016, juntamente com o valor total recebido e o valor médio dos projetos em milhões de R\$, na indústria de alimentos.

Empresas – cadeias de produção	Número de projetos financiados	Valor total recebido em milhões de R\$	Valor médio dos projetos em milhões de R\$
BRF – Carnes	11	3.549,9	322,7
Granol – Grãos	9	449,8	49,9
Aurora Alimentos – Carnes	8	871,2	108,9
GT FoodsGroup – Carnes	5	285,4	57,0
Lar Coop. Agroindustrial – Grãos	5	164,9	32,9
Raizen – Cana de Açúcar	5	460,3	92,0
CCPR-MG ⁱ – Leites e derivados	5	241,9	48,3
Tinto Holding / Bertin / JBS – Carnes	5	618,9	123,7
CCGL-RS ⁱⁱ – Leite de derivados	4	199,1	49,7
J. Macedo / Dona Benta – Grãos	4	339,9	84,9
Total:	60	6.981,3	116,3

Fonte: Brasil (2016b) – Organização do autor.

O grupo BRF somado às denominações Sadia e Perdigão, considerando-as antes da fusão em 2011, é o grande campeão nacional no número de projetos, no valor recebido e no valor médio da produção, conforme Figuras 4 e 5. Há a exceção de um projeto da Rio Claro Agroindustrial do grupo Odebrecht, contemplada num único projeto que custou aproximadamente 12 vezes mais do que a média nacional e galgou a empresa à 6ª colocação entre as maiores beneficiadas (Tabela 3). De qualquer modo, a BRF permanece atrás apenas de São Paulo, se se comparar a distribuição por estado da federação, com projetos 6 vezes mais caros que a média nacional e 1,37 vezes que os IEs.

Tabela 4 - Top 10 das campeãs em recebimentos de financiamento do BNDES entre 2003 – 2016, juntamente com o valor total recebido e o valor médio dos projetos em milhões de R\$, na indústria de alimentos.

Empresas – cadeias de produção	Número de projetos financiados	Valor total recebido em milhões de R\$	Valor médio dos projetos em milhões de R\$
BRF – Carnes	11	3.549,9	322,7
Aurora – Carnes	8	871,2	108,9
SJC Bioenergia – Cana de açúcar	3	721,8	240,6
Adecoagro - Grãos	2	639,6	319,8
Tinto Holding / Bertin / JBS – Carnes	5	618,9	123,7
Rio Claro Agro. – Odebrecht – Cana de açúcar	1	609,7	609,7
JBS – Carnes	3	487,4	162,4
Raizen – Cana de Açúcar	5	460,3	92,0
Granol – Grãos	9	449,8	49,9
Cargil – Grãos	3	395,9	131,9
Total:	49	8.604,3	214,56

Fonte: Brasil (2016b) – Organização do autor.

Observa-se, entre outras questões, que entre as top 10 elencadas nas Figuras 4 e 5, predominam os grandes grupos nacionais que oligopolizam importantes fatias dos mercados que atuam. Trata-se de um indício importante acerca do nacional desenvolvimentismo praticado pelo PT (BRESSER PEREIRA, 2015) e da colocação das políticas de financiamento defendidas por Coutinho (2014) e Coutinho e Sarti (2003). As campeãs em recebimentos, nesse caso, dominam 43,1% dos

recursos totais e correspondem a 17,1% dos projetos financiados, o que significa a elevada concentração de expedientes em poucos projetos e poucas empresas. Esta desigualdade é exposta também com o auxílio da tabela 5 ao demonstrar os projetos mais baratos.

Tabela 5 - Os 10 projetos mais baratos entre 2003 e 2016 financiados pelo BNDES para a indústria dos alimentos em milhões de R\$, na indústria de alimentos.

Empresas – cadeias de produção	Número de projetos financiados	Valor total recebido em milhões de R\$	Valor médio dos projetos em milhões de R\$
Biosev S/A – Cana de açúcar	1	2,0	2,0
Coop. Grande Sertão – Alimentos prontos	1	1,5	1,5
Coonapzs – Alimentos prontos	1	1,43	1,43
Coop. Casa Apis – Alimentos prontos	1	1,35	1,35
Coperfruta – Alimentos prontos	1	0,94	0,94
Coperpeixe – Carnes	1	0,88	0,88
Coopasub – Alimentos prontos	1	0,85	0,85
Coplac – Alimentos prontos	1	0,85	0,85
Coaflep – Leites e derivados	1	0,64	0,64
Coafer – Leites e derivados	1	0,27	0,27
Total:	10	10,71	1,07

Fonte: Brasil (2016b) – Organização do autor.

Entre os 10 projetos mais baratos financiados pelo BNDES desde 2003, encontram-se contempladas 9 pequenas cooperativas de agricultores além da Biosev S/A, empresa pertencente ao grupo Louis Dreyfus. Conforme tabela 5, os projetos mais baratos justificam 0,053% das soluções em 3,5% dos planos. Os investimentos são normalmente direcionados à implantação de pequenas melhorias nas instalações das cooperativas, voltadas a ações sociais de superação da pobreza ou inserção dos produtos em nichos de mercados, bem como a agregação de valores em alimentos ou aquisição de equipamentos. Finalmente, serão vistas as exposições por cadeias de produção e beneficiamento.

Conforme demonstrado por Espíndola (2009), a cadeia produtiva de carnes do Brasil é uma das mais dinâmicas e competitivas do mundo, abrange um complexo número de atividades e serviços, além de demandar elevadas quantias de investimentos para inovação e tecnologia. Confirma-se esta tese em dois aspectos: primeiramente, pela liderança da cadeia das carnes na captação dos recursos (39,25%); segundo, pelas elevadas parcelas dos aportes direcionadas às instalações dos abatedouros e frigoríficos, modernização na produção de rações, modernização no plantel das matrizes e da genética de raças e expansão na capacidade de produção.

Somente a empresa BRF, considerando a relativização dos dados contidos nas Figuras 3, 4 e 5, incorporou 45,3% do total de capital que o BNDES direcionou para a cadeia de carnes. As justificativas são variadas, mas todas correspondem à modernização das unidades produtivas, aquisição de genética e instalação de plantas fabris, inclusive com vultosos investimentos no exterior. A Aurora Alimentos concentrou seus investimentos em Santa Catarina, na aquisição de massas

falidas, reabertura de frigoríficos e modernização de plantas industriais. Já a JBS e a Tinto Holding receberam aportes para a aquisição dos Frigoríficos Swift, modernização das plantas produtivas, além de enormes quantias justificadas como capital de giro.

Embora os investimentos sejam concatenados à incorporação de vantagens competitivas, à cadeia nacional das carnes, é impossível não chamar a atenção para a concentração dos recursos para poucos grupos empresariais. Os três complexos grupos empresariais da carne citados nas Figuras 4 e 5 – BRF, Aurora e JBS – dominaram, nos últimos 13 anos, mais de 70% dos capitais que o banco público do desenvolvimento disponibilizou a cadeia. Os outros 30% dos recursos foram distribuídos para mais de 25 cooperativas, empresas ou grupos de investimentos, alguns dos quais, igualmente consagrados no mercado nacional e mundial dos alimentos.

Em relação à cadeia produtiva da cana de açúcar, no trabalho defendido por Oliveira Filho (2013), é possível observar quanto o denominado setor sucroalcooleiro no Brasil foi direcionado como prioritário ao longo dos primeiros anos do governo petista. O BNDES criou novas linhas de financiamento, estimulou a expansão das áreas de cultivo e favoreceu – via disponibilização de financiamento –, a consagração de grandes empresas especializadas na produção de açúcar, álcool, biocombustíveis e energia. Após a descoberta do pré sal, no entanto, houve um aparente esmorecimento nas ênfases do banco que redirecionou prioridades, inclusive divulgando tendências de queda na taxa de lucratividade no setor sucroalcooleiro (NYKO; VALENTE; MILANEZ et al, 2013).

Listados como financiamento para a indústria de alimentos, a cadeia produtiva da cana de açúcar granjeou 34,85% do total dos aportes, ultrapassando R\$ 6,9 bilhões distribuídos para 35 usinas. Estimo que a quantidade de capitais empregados tenha sido consideravelmente maior, pois no setor de eletricidade e gás⁴ listado em BNDES (2016b), outros inúmeros investimentos de alto valor estão ligados às empresas sucroalcooleiras contidas neste artigo. De qualquer modo, nota-se maior pulverização por empresas⁵, uma vez que as três principais beneficiárias – SJC Bioenergia, Rio Claro Agroindustrial e Raizen – concentraram 25,7% dos investimentos.

Na discriminação das aquisições observa-se o predomínio dos aportes direcionados ao interior do estado de São Paulo e Goiás. Os objetivos e as justificativas são variados, abrangendo recursos para capital de giro, modernização de complexos e usinas, renovação de plantio e expansão das áreas de cultivo, instalação de equipamentos e planos de investimentos das empresas. Com esses direcionamentos, estima-se que o complexo sucroalcooleiro brasileiro tenha se tornado um setor

⁴ O setor de eletricidade e gás foi o maio recebedor de recursos do BNDES desde 2002, enquanto que o setor dos alimentos foi o 11º. As análises específicas dos investimentos no setor de eletricidade e gás apresentariam os novos e maiores dados para as atividades de cultivo, beneficiamento e industrialização da cana de açúcar. Foge, contudo, aos objetivos deste artigo.

⁵ Comparando a concentração nas três principais na cadeia das carnes que concentraram mais de 45% dos recursos.

altamente competitivo e lucrativo, tecnicamente avançado e produtor de importantes inovações tecnológicas, conforme destacado por Oliveira Filho (2013).

Para a cadeia produtiva e de beneficiamento dos grãos e cereais, é importante destacar as contribuições de Cunha (2015) e de seus estudos recentes que demonstram a evolução da composição técnica na produção de sojas e de outras *commodities* no Brasil (CUNHA; ESPÍNDOLA, 2016). Dificilmente, no entanto, será possível comprovar as vantagens econômicas para o Brasil, ao priorizar os investimentos na produção das *commodities* em relação à realização de investimentos nas áreas intensivas em tecnologia, qualificação na prestação dos serviços e na infraestrutura urbana. Dentro da indústria dos alimentos, no período de correspondência deste estudo, o BNDES direcionou R\$ 2,6 bilhões ou 13,2% dos investimentos à produção, armazenagem, transporte e beneficiamento de grãos e cereais.

Destacam-se, novamente, as Figuras 4 e 5 onde são citadas 5 empresas especializadas em grãos e cereais – Lar Cooperativa Agroindustrial, J. Macedo Alimentos, Adecoagro, Granol e Cargil –, em que houve o acúmulo de 75,8% da quantia destinada à cadeia de produção e beneficiamento, perfazendo um total de R\$1,99 bilhões em recursos. Os demais 24,8% ou R\$ 635,4 milhões foram direcionados a aproximadamente 20 empresas, cooperativas e agentes comerciais. Trata-se de uma concentração relativa nas disposições dos aportes, muito assemelhada às observadas na cadeia das carnes.

A localização dos investimentos envolve basicamente todo o interior agrário do estado do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de quantias menores para Goiás e Minas Gerais. Os objetivos e as justificativas predominantes são a construção de armazéns e silos, a instalação de unidades beneficiadoras de grãos, o capital de giro, a instalação de moinhos e os planos de investimentos. Aparentemente, tais aplicações contribuíram nas soluções de problemas pontuais que afetavam diretamente a competitividade do agronegócio brasileiro.

A cadeia produtiva e de beneficiamento de leites e derivados passou por uma extraordinária transformação nos últimos anos. Conforme demonstram Silva (2014) e Camilo (2013), houve um processo de modernização nas unidades produtoras de leite, nos processos de logística e de transportes dos produtos, além da consolidação de novos negócios nas áreas dos derivados, que alteraram os padrões estabelecidos nos anos 1990. Em consequência disso, conforme Medeiros (2010), o mercado consumidor de leites e derivados no país, cresceu de maneira abundante uma vez que a renda da população também subiu.

Tal “modernização” ocorreu em grande medida devido aos investimentos do BNDES. O banco direcionou 6% do total da indústria dos alimentos para a cadeia dos leites e derivados, o que atingiu R\$ 1,2 bilhões. Nota-se que entre os projetos mais baratos da indústria dos alimentos (Tabela 5), encontram-se 3 cooperativas especialistas em leites, que receberam R\$ 1,76 milhões

correspondentes a 0,1% do total disponibilizado à cadeia, o que implica a média de meio milhão de reais por cooperativa. Dois destes projetos consistiam na implantação de laticínios nas regiões de atuação, o mais barato deles na aquisição de um caminhão e um tanque para o transporte do leite.

Entre os projetos mais caros estão a CCPR-MG e a CCGL-RS que obtiveram R\$ 441 milhões, concentrando 36,2% dos recursos da cadeia. Ambas as cooperativas justificaram os investimentos para a implantação de laticínio de grande escala de produção, torres de secagem de leite ou produção de leite em pó e capital de giro. Observa-se, inclusive como nas outras cadeias, grande concentração por agentes na disposição final dos capitais. Uma particularidade dos investimentos no leite é a participação predominante das cooperativas de pequenos agricultores, por representarem os projetos relativamente mais baratos em comparação às demais cadeias.

A cadeia produtiva de alimentos prontos no Brasil é diversificada e composta por milhares de agentes empresariais com capacidade produtiva e competitiva muito variada. O consumo de alimentos elaborados e de maior valor agregado no país obteve um saldo positivo durante os anos em que ocorreu o governo do Partido dos Trabalhadores, conforme Medeiros (2010). Os grupos empresariais competidores a nível internacional como grandes exportadores, segundo Espindola (2013), investiram enormes quantias no desenvolvimento e aplicação em novos produtos alimentícios. Via BNDES foram alocados pouco mais de R\$ 1 bilhão, correspondente a 5,2% do total investido na indústria dos alimentos.

Nas listas das empresas que mais acionaram e as que mais receberam recursos, não constam empresas cujos investimentos foram alocados em produtos alimentícios finais e outros alimentos. Os projetos mais caros e as principais empresas demandantes localizam-se nas cadeias de produção especificadas anteriormente. As prioridades do BNDES, ao que parece, direcionaram-se respectivamente, às carnes, cana de açúcar, grãos e cereais e leites e derivados, uma vez que para esses alimentos os recursos foram mais abundantes e os projetos mais caros.

Os grandes conglomerados dos alimentos, de qualquer modo, obtiveram recursos do BNDES no período, com destaque para: Nestlé, Yoki, Vonpar, Vilma Alimentos, Três Corações, Oderich, Zadimel, Ferrero do Brasil, Liu Fruit, Pandurata, Duas Rodas, Piraquê, Padma Alimentos, entre outras marcas e empresas. Boa parte delas investiu na implantação de novas fábricas em suas áreas de especialização, como a Piraquê com nova fábrica de biscoitos no Rio de Janeiro; a Nestlé com nova fábrica de café solúvel em Araras, SP e a Yoki com nova fábrica em Monte Alegre, MG. Outras, porém, obtiveram empréstimos para capital de giro, como a Oderich, Zadimel e Ferrero do Brasil. Todas essas obtenções denotam montantes menores e benefícios a um maior número de agentes, se comparados às demais cadeias expostas anteriormente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sinopses das contribuições que podem ser elencadas, finalmente, após o breve detalhamento dos dados e das informações, resumem-se em dois pontos fundamentais: 1 - Em nível territorial, através do financiamento das indústrias dos alimentos, o BNDES não proporcionou a diminuição das desigualdades econômicas tradicionalmente vigentes entre os estados “ricos” e “pobres” da federação; 2 - O BNDES, como banco público de desenvolvimento conexo à dinâmica do capital financeiro, integrando-se no universo das atividades e dos agentes econômicos agregados à diversificada indústria brasileira dos alimentos, na realidade, privilegiou cadeias de produção selecionadas e grupos empresariais restritos.

Existem perspectivas e abordagens, no entanto, que indicam que os abundantes investimentos tenham gerado economias de aglomerações e efeitos multiplicadores positivos à economia nacional no período entre 2003 e 2016, o que parece inegável. As expectativas de longo prazo, as imposições dos aportes e o amadurecimento dos investimentos, contudo, não impediram que a indústria brasileira de alimentos saísse ilesa da longa e atual “crise” político econômica que abate o país.

Ao visualizar por esse viés é possível questionar se a alocação dos capitais a eleição das preferências e as empresas privilegiadas, foram acertadas nos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Milhares de outras combinações práticas seriam possíveis na alocação dos capitais em atividades e agentes econômicos selecionados. Seria fundamental, atualmente, uma avaliação geoeconômica aprofundada da eficiência e dos resultados gerados pelas políticas econômicas de financiamento público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Temos as melhores opções de financiamento para você.** Rio de Janeiro, 2016 a. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Portal da transparência:** consulta a financiamentos. Rio de Janeiro, 2016 b. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/index.html>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRESSER PEREIRA. L. C. **A construção política do Brasil:** sociedade e Estado desde a independência. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 480p.

CAMILO, P. J. **A dinâmica espacial do transporte na consolidação da cadeia produtiva do leite no sudoeste do Paraná.** 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

CUNHA, R. C. **Gênese e dinâmica da cadeia da soja no Sul do Maranhão**. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CUNHA, R. C.; ESPÍNDOLA, C. J. A relevância do progresso técnico na consolidação da cadeia produtiva da soja no Sul do Maranhão (Brasil). **Revista Geografia**, Londrina, v. 25, p. 87-106, 2016.

COUTINHO, L. Desafios para o crescimento sustentado. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Visões do desenvolvimento brasileiro e a nova revolução industrial: a maior desde 1790**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2014. p. 17-25.

COUTINHO, L.; SARTI, F. A política industrial e a retomada do desenvolvimento. In: LAPLANE, H.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Orgs.). **Internacionalização e desenvolvimento da indústria brasileira**. São Paulo: Editora Unesp; 2003. p. 329-347.

ESPÍNDOLA, C. J. Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias. **Princípios**, São Paulo, v. 1, p. 44-49, 2013.

ESPÍNDOLA, C. J. A dispersão territorial dos investimentos do agronegócio da carne. **Geografia Econômica**, Florianópolis, v. 2, p. 251-281, 2009.

NYKO, D.; VALENTE, M. S.; MILANEZ, A. Y. A evolução das tecnologias agrícolas do setor sucroenergético: estagnação passagem ou crise estrutural? **BNDES Setorial**, n. 37, p. 399-442, 2013.

OLIVEIRA FILHO, A. A. **As indústrias de bens de capital em Piracicaba, SP: Novas perspectivas através dos biocombustíveis**. 2013. 369 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SCHLICKMANN, P. H. A distribuição geográfica dos aportes do BNDES para a indústria do plástico, da borracha e da química no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, 2016.

SCHLICKMANN, P. H. **BNDES: Distribuição dos investimentos no governo petista**. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2017.

SOUZA, J. J. **O complexo agroindustrial de laticínios no Sul do Brasil: o caso da Região Sul**. 2014. 289 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Trabalho enviado em 13/09/2018
Trabalho aceito em 07/02/2019